**AS DIFICULDADES ENCONTRADAS EM SALA DE AULA NA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA.**

Abraão Henrique Nunes de Paiva

[ah\_np@hotmail.com](mailto:ah_np@hotmail.com)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

                                                                      Maria da Luz de Andrade

[m-dandrade@hotmail.com](mailto:m-dandrade@hotmail.com)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo conhecer as dificuldades encontradas no ambiente escolar para a inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares, Para tanto, adotamos uma análise bibliográfica ,e  para apontar algumas dificuldades dentro  do âmbito escolar onde  convivem as crianças com algum tipo de limitação. Interessa, de modo mais específica, perceber como é o atendimento pedagógico oferecido às crianças de necessidades especiais, verificando se realmente acontece todas as aplicações para a inclusão escolar dos alunos na qual estão inseridos em instituição de ensino, este trabalho busca pressupostos teóricos sobre o tema em alguns autores, tais como: Mantoan (2003), Carvalho (2005), Martins (1999), Oliveira (2004), Carneiro (1997), Brasil (2010), dentre outros Em relação à metodologia traz uma pesquisa qualitativa. Os resultados apontam que a escola ainda não está preparada para atender à criança com deficiência, e ainda precisa buscar um qualificação que faça a inclusão acontecer, não apenas para o acesso, mas para a permanência, e assim possa garantir o desenvolvimento como também   ter uma aprendizagem de qualidade e satisfatória para todos os alunos que a frequenta.

**Palavras- chave:**Dificuldades. escola. Inclusão.

**INTRODUÇÃO**

Educação especial é o nome que se dá a educação destinada a pessoas com alguma deficiência física, sensorial ou cognitivo, até o século XV, algumas pessoas com deficiência sofriam negligência /exclusão. Durante muito tempo, as pessoas que possuíam alguma limitação, seja ela física, sensorial ou cognitiva eram rejeitadas, abandonada e por muitas vezes até mortas. Por um longo tempo o deficiente não foi visto como um ser capaz de se integrar a sociedade e consequentemente ser educado.

A sociedade na qual um deficiente convivia, só valorizava a beleza e a perfeição e por isso não aceitava quem não se enquadrasse nesse perfil. Em alguns lugares havia o costume de lançar crianças deficientes em um precipício. Na Roma Antiga, os deficientes nascidos na nobreza eram abandonados em locais, onde pudessem ser acolhidos pelos plebeus ou pelos escravos. Também na Roma Antiga, deficientes eram utilizados como um meio de diversão para as famílias ricas. Enquanto nos países europeus essa fase se encerra entre os séculos XVI e XVII, no Brasil ela perdura até 1800, pois até essa época o tratamento aos deficientes era marcado pelo abandono na área social e principalmente sofriam abandono em relação na área educacional

         No Brasil, apenas a partir de 1960, é que se começa a criar uma política educacional visando a Educação Especial. As Leis 4024/61 e 5692/71 contribuíram para criar um sistema educacional especial no país. Nessa década instituições já criadas nas décadas de 1940 e 1950, se expandiam pelo país. No nosso país, a política de educação inclusiva dá seu primeiro passo em 1988, com o artigo 208 da Constituição Brasileira que garante o atendimento aos indivíduos que apresentam deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em Dezembro de 1996, é publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que reforça a obrigação do país em prover a educação. O artigo 58 do capítulo V diz que a educação especial deve ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, deve haver serviços de apoio especializado. Todavia, há ainda várias deficiências no sistema educacional para que essas leis sejam efetivadas. Não basta apenas aceitar pessoa com necessidade especial numa escola do ensino regular, e necessário incluir todos em um mesmo contexto, nas mais variadas situações na qual pertencem

      Nessa perspectiva partimos da necessidade de averiguar como e enfrentado as dificuldade da inclusão, as propostas pedagógicas para a inclusão, para isso buscou-se como base alguns teóricos como: Martins (1999), Oliveira (2004), Carneiro (1997), Brasil (2010). Com o ponta pé inicial para uma nova visão de educação para pessoas com deficiência.

No ano de 1994, foi promovida pelo governo da Espanha em parceria com a UNESCO, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que acabou resultando em um dos documentos mais importantes para a promoção da educação Inclusiva em todo o mundo foi intitulada a Declaração de Salamanca, que vai nortear caminhos e atitudes para se desenvolver uma educação de qualidade para todos os indivíduos.

Para que a Educação Inclusiva seja realidade é necessário que as escolas se adaptem estruturalmente e que tanto o corpo docente como os demais funcionários sejam preparados para lidar com os alunos com necessidades educacionais especiais. É preciso considerar em prioridade que favoreça a diversidade o acesso e a garantia de um atendimento acolhedor e motivador, oferecendo condições de interação, respeito e aprendizagem em um todo.

# EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM APANHADO HISTÓRICO

Para compreendermos a educação especial se faz necessário uma abordagem histórica através de passagens por diversos períodos e sociedades humanas. Com a finalidade de expor as diferentes situações em que se encontrou os deficientes físicos em uma perspectiva histórica atentando as relações culturais e sociais de modo que perceberemos estas influências em nossa sociedade contemporânea.

Essa necessidade de sobrevivência fica nítida na pré-história, onde nestas sociedades primitivas o homem não fixava moradia, sendo assim passavam curtos períodos de tempo em um determinado ambiente e logo saiam em busca de outro local a procura de alimentação, pois os mesmos eram coletores como também sobreviviam da caça e pesca. Sabendo então que estes povos eram nômades podemos compreender a exigência de ter habilidades físicas sem nenhum comprometimento. Aqueles que não atendiam a esses pré-requisitos não tinha capacidades de acompanhar o ritmo de seu povo e eram deixados para trás sendo facilmente devorados por algum tipo de animal feroz ou pereciam sem nenhum auxilio.

É importante elucidar que “não se têm indícios de como os primeiros grupos de humanos na Terra se comportavam em relação às pessoas com deficiência. Tudo indica que essas pessoas não sobreviviam ao ambiente hostil da Terra”, Gurgel (2007, p. 1). Apesar destes relatos não terem comprovações teóricas podemos deduzir que pelas características culturais destes povos fica evidente essa luta pela sobrevivência, que certamente por não acompanhar o ritmo dos demais integrantes do grupo, se tornavam excluídos a ponto de não sobreviverem por muito tempo.

Já na idade antiga, aconteciam numerosos conflitos, sendo assim o homem desde muito pequeno já era preparado para os combates. Podemos destacar os espartanos que valorizavam a estética, apreciando o corpo em um porte atlético que era direcionado exclusivamente para a guerra. Esta era o modelo que todos homens deveriam seguir, os que fugissem desse padrão era de fato eliminado por ter alguma deficiência física, mental ou sensorial. Outro povo desse mesmo período que não tinham práticas muito distantes das espartanas eram os atenienses na qual de maneira impiedosa desprezavam crianças que não estavam aptas para as guerras por conta das suas limitações provocadas pela deficiência. Gerando assim um abandono e um desprezo além de morte. Assim, nos afirma sobre esse costume Silva (2009):

[...] quando nascia uma criança, o pai realizava uma festa conhecida como ‘amphidromia’ [...]. Os costumes exigiam que ele tomasse a criança em seus braços, dias após o nascimento, e a levasse solenemente à sala para mostrá-la aos parentes e amigos e para iniciá-la no culto dos deuses. A festa terminava com banquete familiar. Caso não fosse realizada a festa, era sinal de que a criança não sobreviveria. Cabia, então, ao pai o extermínio do próprio filho

Esta afirmação nos mostra como essa prática era vista de maneira natural, sem nenhum estranhamento pela sociedade ateniense por já estar enraizado em seus costumes. Sendo que se não servisse para a guerra e não fosse considerado “normal” como em muitos outros períodos históricos, a criança não teria o direito à vida.

Outra época a ser dada ênfase por suas características em relação ao sujeito deficiente é a idade média que nos leva à Europa em um período que o cristianismo estava em forte propagação. Esta fase fará uma ligação estreita das deficiências com a religião. A religião entendia que a deficiência era resultado de algum pecado provocando assim alterações física, mental etc. Martinho Lutero um monge agostiniano e professor de teologia germânico defendia que os deficientes deveriam ser castigados para serem limpos de seus pecados. Já que acreditavam que pessoas com qualquer tipo de alterações mentais ou física seriam seres diabólicos.

Apesar de percebermos essa ideia de deficiência como pecado de uma forma mais característica da idade média, contudo ela já era retratada a vários anos antes como podemos encontrar exemplos no livro de Levítico na Bíblia sagrada (Levítico 21:17-21):

Fala a Arão, dizendo: Ninguém da tua descendência, nas suas gerações, em que houver algum defeito, se chegará a oferecer o pão do seu Deus. Pois nenhum homem em quem houver alguma deformidade se chegará; como homem cego, ou coxo, ou de nariz chato, ou de membros demasiadamente compridos, ou homem que tiver quebrado o pé, ou a mão quebrada, ou corcunda, ou anão, ou que tiver doença no olho, ou sarna, ou impigem, ou que tiver testículo mutilado. Nenhum homem da descendência de Arão, o sacerdote, em quem houver alguma deformidade, se chegará para oferecer as ofertas queimadas do Senhor; defeito nele há; não se chegará para oferecer o pão do seu Deus.

Aqui percebemos, a influência direta da igreja sobre a sociedade, mais especificamente aos que não estivessem encaixados dentro dos padrões de “normalidade” para o clero. Por ter a concepção de pecado, castigo ou demônios relacionados a deficiência o cristianismo combatia e sentenciava os mesmos a serem mortos em fogueiras, pois acreditavam na purificação dos pecados pelas chamas. Período esse conhecido como inquisição, toda pessoa que não se encontrasse dentro dos preceitos da igreja católica era morto e queimado.

Só então, na idade moderna que a pessoa com deficiência foi vista em sua carência de auxílios clínicos, educacionais e necessidades de ter seus direitos assegurados. Apesar desse olhar pouco mudou na pratica, ainda o que prevalecia era a visão imposta pela igreja católica vinda da idade média. Os deficientes deixaram de ser mortos, mas foram colocados à margem da sociedade em uma situação ainda de desprezo e humilhação. A igreja preocupa se em educar esses sujeitos, contudo a educação não passa de um cuidado ou uma caridade pela pessoa com deficiência.

Só então fazendo com que as pessoas olhassem com outra ótica para as necessidades destes sujeitos. Neste período podemos citar as contribuições de John Locke (1632-1704) um filosofo inglês que percebeu a necessidade do ensino para as crianças e deficientes quando inovou ao estudar e definir as funções da mente humana.

Além de Maria Montessori (1870 – 1952) médica, psiquiatra, professora etc. que desenvolveu um método educacional como também materiais didáticos para desenvolver o estimulo de crianças deficientes. Esse método proporcionava total liberdade para o aluno pois todos os materiais estavam à disposição da criança para que ela pudesse sem nenhum obstáculo construir ali o seu próprio conhecimento. Assim afirma Montessori (1988, p. 137). Sobre essa educação voltada para o deficiente:

Não obstante, empenhei-me em tentar uma educação cientifica dos sentidos, a fim de tentar as eventuais diferenças de reações entre as crianças normais e as deficientes, e, sobretudo, para procurar uma correspondência, que se me afigurava interessante, entre as reações de crianças normais mais jovens e de crianças deficientes de idade maior.

Em sua fala, Montessori deixa clara a sua preocupação por uma educação que olhasse para essa minoria e que pudesse realmente atender as necessidades que esse público tem em especifico. Além de apresentar em sua fala que o êxito em sua metodologia tanto para as crianças com deficiências como também as chamadas “normais”.

Portanto, a história da luta não apenas pela educação especial, mas pelo direito a uma vida digna é marcado desde o início por segregação, preconceito, dor, sofrimento e privações. Apesar disso a educação especial em sua contemporaneidade tem diversos engajamentos em nossa sociedade, em defesa dessa causa. Como por exemplo a escola, a família, o Estado, entidades etc. No decorrer da história notamos avanços mas entendemos que essa luta deve continuar.

**POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO**

  No pensamento do processo de inclusão as políticas educacionais têm fundamento no princípio da igualdade de direito entre as pessoas, tem como objetivo uma educação de qualidade para todo, sem discriminação e respeitando acima de tudo as diferenças individuais e dessa forma garantindo não só o acesso a essa educação, mas também, a permanência desses indivíduos até a sua formação. O fato que vem modificar o cenário da educação mundial fica por conta de elaboração da Declaração de Salamanca em 1994, na cidade de Salamanca (Espanha), este documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais.

A declaração destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais. De acordo com a declaração os princípios por ela defendidos é que as escolas e seus projetos pedagógicos se adequem as necessidades dos indivíduos nela matriculados, de acordo com a Declaração de Salamanca ( art. 11º, p 13) “ O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas. Desta forma, uma escola que segue os princípios da inclusão deve ter por função a promoção da convivência entre as pessoas consideradas normais e as que apresentam necessidades educacionais especiais. Na sua escrita a declaração se inicia com a seguinte idéia

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 5 - 6)

.

A educação inclusiva tem por objetivo inserir portadores e não portadores de necessidades especiais em salas de aula de escolas comuns. A inclusão escolar está diretamente relacionada com ações políticas, pedagógicas, cultural e social, dessa maneira, poderia incluir todas as crianças em um mesmo contexto, tornando possível a interação entre todos, tanto as crianças com necessidades especiais como as crianças sem necessidades especiais convivendo no mesmo ambiente escolar, aprendendo e respeitando as diferenças.

Para que a inclusão seja de fato efetivada é necessário que os sistemas educacionais quebrem paradigmas. A educação inclusiva tem como um de seus princípios a valorização da diversidade, respeito aquele que é diferente e não inferior. As deficiências não impedem a participação e contribuição dessas crianças na sociedade, sabe-se que elas podem ser parte ativa da sociedade e agente participativo em seu próprio desenvolvimento.

    A sociedade brasileira ainda tem marcas profundas de desigualdade e preconceitos, com as novas políticas de inserção de pessoas com necessidades especiais, agora essas pessoas podem conviver e ter acesso aos bens e serviços que é de direito de todos os cidadãos brasileiros. É preciso considerar em prioridade, uma mudança efetiva de paradigmas, que favoreça a diversidade o acesso e a garantia de um atendimento acolhedor e motivador, ofereça condições de interação, respeito e aprendizagem. Percebe-se assim que devemos ser coerente com as concepções que regem uma escola inclusiva, pois precisamos fazer mudanças que possa vir, de fato, incluir todos sem exceção.

           Para incluir é necessário romper com os preconceitos criados pelas sociedades, para trabalhar com um objetivo de ter uma sociedade mais justa na qual os professores não tenham medo do novo, dando-lhes formação adequada para que se sintam seguros em sala de aula e possam passar os conteúdos com qualidade. Melhorar o pensamento das crianças em relação ao colega que é diferente, ensinando-os a respeitá-los, pois muitas crianças chegam às escolas cheias de preconceitos, a própria sociedade precisa passar por reformas em sua forma de ver o próximo, esse é um longo caminho a ser percorrido para que as novas gerações tenham êxito na convivência com as diferenças, trabalhando o pensamento das crianças de hoje, pois elas serão os cidadãos de amanhã. Reafirmando isso, vejamos o que declara a lei de Salamanca.

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adotada uma formação inicial não categorizada, abarcando todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 28).

       Cada profissional deve procurar inovar em seu conhecimento, para que todas os que precisam ser guiados em busca de novos horizontes, tenha um suporte que possa ter todo o apoio necessário para o desenvolvimento   em todas as categorias, e para isso       o sistema educacional deve intervir favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. A nova perspectiva dá maior importância aos processos de aprendizagem e as dificuldades encontradas pelos alunos para seu progresso, tendo papel determinante do desenvolvimento sobre a aprendizagem de forma interativa.

Esses fatores expressam constituindo uma nova forma de entender a deficiência sob a perspectiva educacional. A escola como uma instituição mediadora na construção do conhecimento, tendo como objetivo levar cultura para um número cada vez maior de pessoas, leva para si uma responsabilidade muito grande; pois é através da escola que a sociedade adquire conceitos de participação. Porém, a escola com seus profissionais, devem assumir este compromisso, acreditando que as mudanças são possíveis, desde que haja uma transformação nos atuais moldes do ensino.   
 Reconhecer as diferenças é essencial no caminho da integração e, principalmente, da inclusão, onde se espera que o professor não faça da turma uma homogeneidade, trabalhando como se todos tivessem a mesma capacidade na sua construção do conhecimento, mas oferecer um ambiente favorável à educação inclusiva é respeitar suas limitações, reconhecendo suas diferenças e ressaltando suas potencialidades.

# A ESCOLA E OS DESAFIOS PARA GARANTIR A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE TODOS

A escola contemporânea deve estar preparada em todos os aspectos para receber os alunos com deficiência. Para que venha acontecer de fato essa inclusão tão debatida e defendida que está assegurada ao deficiente por meio de leis e decretos é necessário que chegue na pratica o que está no papel. Para isso acontecer precisa da contribuição de várias esferas como a família, escola, e o poder público De acordo com Facion (2009), “Incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão.” Para garantir essa inclusão, torna-se necessário começar pela estrutura física proporcionando que o aluno tenha condições de acessibilidade ao espaço escolar sem nenhum impedimento, ou dificuldades com barreiras e obstáculos.

Além disso os materiais e profissionais devem ser específicos para atender as necessidades destes alunos dentro de suas determinadas diferenças. Vindo a acontecer o contrário disso não deve ser compreendido como um espaço escolar que busca a inclusão dos alunos deficientes que frequentam este espaço. Dessa forma Mantoan (2003, p.25) especifica algumas indagações referente a função da escola como instrumento que promove a inclusão social:

O que significa educação para todos? O que implicaria a igualdade e oportunidade? Quais as demandas que emergem no processo ensino-aprendizagem? Como a escola tem se organizado para responder essa demanda? Como se dá na prática pedagógica à diversidade em que pais, alunos, comunidade estão participando do projetopolítico-pedagógico da escola? Enfim, a escola está caminhando para a inclusão social, ou está maquiando uma realidade apenas com objetivo de fugir do fenômeno da exclusão social?

Através destes questionamentos a autora nos leva a refletir sobre a função desempenhada pela escola. Contudo essa função pode estar sendo desenvolvida sem resultar no principal objetivo de incluir e proporcionar oportunidades positivas e significativas em situações relevantes para a inclusão plena desses alunos. Esta escola deve desenvolver seu papel frente as limitações dos sujeitos com necessidades especiais, dessa maneira Carvalho (2005) estabelece que, “uma escola inclusiva é uma escola de boa qualidade, para todos, com todos e sem discriminação”.

Na escola contemporânea o deficiente deve estar com os demais alunos considerados “normais” para que aconteça um desenvolvimento coletivo desses sujeitos, no qual necessitam estar inseridos em sociedade para compreende lá. Dessa maneira destaca Mantoan (2003) “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. Este estar junto deve proporcionar aos outros alunos o não desenvolvimento de preconceito para com os alunos deficientes. Pois conhecer o diferente abre espaço na mente das crianças “normais” de outros tipos de padronização, ou seja, não há um tipo só de padrão a ser entendido o outro, há diversos tipos de pessoas, sendo elas negras, alta, deficiente, branca, baixa etc. e que todos formamos uma determinada sociedade. Essa oportunidade de contato com o diferente proporciona a remoção de diversas dificuldade no âmbito escolar, assim afirma Carvalho (2004, p.73):

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida na escola.

De acordo com Carvalho (2005), é de fundamental importância o cuidado em que se deve ter no momento de escolhas referentes a inclusão para que estes alunos não apenas tenham o acesso, mas que permaneçam e sejam atendidos de maneira satisfatória. Essa diversidade que há em nossas escolas deve ser trabalhada pelos professores principalmente quando se encontra um aluno com alguma dificuldade de inserção naquele grupo escolar, pois pode surgir uma oportunidade de ser trabalhado diversas propostas provocando um novo olhar dos alunos para cada diferença existente em sala de aula.

Através de atividades individuais e também coletivas os alunos podem perceber que cada um tem sua diferença dentro desse grupo. Pois é na escola que encontramos uma infinidade de representações de toda a nossa sociedade, em seus traços, cultura, costume, e diversos modos de ser e agir. A escola inclusiva necessita, provoca mudanças importantes na maneira de se pensar e estruturar a formação do profissional em educação. A inclusão leva a uma crise escolar, segundo Mantoan (2003, p.32):

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

Sendo assim, entendemos por essa afirmação que através do repensar da prática do professor, é possível provocar mudanças diretas em seu aluno. Com o auxílio de um profissional qualificado e voltado para a área de educação inclusiva, compreendemos que os resultados de um aluno com algum tipo de deficiência serão sem dúvidas satisfatório.

**CONCLUSÃO**

A educação inclusiva, não é uma questão apenas educacional, mas política, de valores e atitudes, e deve ter participação ativa dos educandos. A importância da linguagem, ressaltada por vigotsky, em que cada um possui uma forma de aprender e a velocidade que cada um tem, deve ser respeitada, dessa forma atribui ao professor, um papel importante no desenvolvimento no processo educacional dos seus alunos

  Aceitar a criança com necessidades especiais na escola vai além de aceitar o dispositivo da lei, é preciso organizar a proposta pedagógica da instituição como vista nos pressupostos da educação inclusiva, além de ser preciso travar uma guerra contra os preconceitos e discriminações das demais crianças e até profissionais, que ainda não tem o hábito de conviver na escola regular por portadores de necessidades especiais.

Assim, que a educação inclusiva deve ter todo um aparato de mudanças políticas pedagógicas, mudando sua estrutura de planejamento, acompanhar e avaliar o rendimento da aprendizagem dos portadores de necessidades especiais, de modo que eles consigam avançar dentro de suas possibilidades, e que o professor saiba avaliar seu progresso, tendo em vistas suas habilidades e capacidades individuais como também suas progressões no coletivo.

   A família é outro fator que precisa ser colocado como muito importante para fazer parte desse processo, o amparo e compreensão familiar são imprescindíveis para a inclusão educacional e social, primeiramente é preciso que as famílias aceitem suas crianças, rompendo com o preconceito de que elas são dependentes para tudo, por outro lado, muitos pais superprotegem seus filhos não os levam para a escola na tentativa de não fazê-los sofrer. Dentro do cotidiano escolar a criatividade e bom senso dos professores é uma das principais armas para o ensino-aprendizagem das crianças de crianças especiais e para isso algumas ações pedagógicas são necessárias nesse processo assim como a colaboração da família.

Então, percebemos que o maior desafio da educação inclusiva, é construir dentro da escola regular, um projeto de ensino inclusivo, bem como aprender a lidar com as crianças especiais e fazê-las aprender, com as condições individuais de cada uma e com as limitações que as escolas dispõem tanto pedagógicas, políticas, de integração social, financeira, física e de concretização das leis, como também a interação família, escola e sociedade deve caminhar juntas para ter melhores resultados.

**REFERENCIAS**

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: **Lei 9394/96**. **Apresentação Esther Grossi.** 3 ed. Rio de Janeiro, 2006.BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA,**Princípios,políticas e prática em educação** **especial,** Espanha/1994

TAFNER, Elisabeth Penzlien; SILVA, Everaldo da. **Metodologia do Trabalho** **Acadêmico.** Indaial: Ed. Grupo UNIASSELVI, 2009.

MORENO, Patrícia Cândido. **As Dificuldades da Escola Perante a Inclusão** **Escolar**. Disponível em:<[**http://www.pedagogia.com.br/artigos/incluescolar/index.php**](http://www.pedagogia.com.br/artigos/incluescolar/index.php)>. Acesso em: 26 set.2017

MARTINS, L. A. R.A diferença/Deficiência sob uma Ótica Histórica.**Revista Educação em Questão.**Jul/dez 1999.

OLIVEIRA, I. A. **Saberes, imaginários e representações na educação especial:** a problemática ética da diferença e da exclusão Social. Rio de Janeiro: Vozes, 2004

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial II. **Saberes e práticas da inclusão:** Introdução. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1993.

CARNEIRO, M. S. C. A. A integralização de alunos considerados especiais nas redes públicas de ensino – um olhar Vygostskyano. In: ABRAMOWICZ, A. (et al.) **Para além** **do fracasso escolar.** Campinas: Papirus, 1997